

A decorative graphic on the left side of the slide, featuring a vertical green bar and a yellow curved shape that overlaps it.

Controle Interno e Controle Externo da Administração Pública

Luiz Navarro
**Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da
União**

Encontros das unidades de controle interno do Poder Judiciário Estadual
Brasília, 12 de setembro de 2011.

O que é a CGU

ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO
e
AGÊNCIA ANTICORRUPÇÃO

Funções Básicas:

A CGU é o órgão de Controle Interno do Governo Federal, que é composto pela Corregedoria-Geral da União, Secretaria de Prevenção à Corrupção e Ouvidoria-Geral da União.

ÁREAS E FORMAS DE ATUAÇÃO DA CGU

A CGU desenvolve ações de:

- 1) Controle Interno
- 2) Correição
- 3) Prevenção da Corrupção
- 4) Ouvidoria

Organograma Simplificado – CGU

Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União

Conselho de
Transparência
Pública

Secretaria-
Executiva

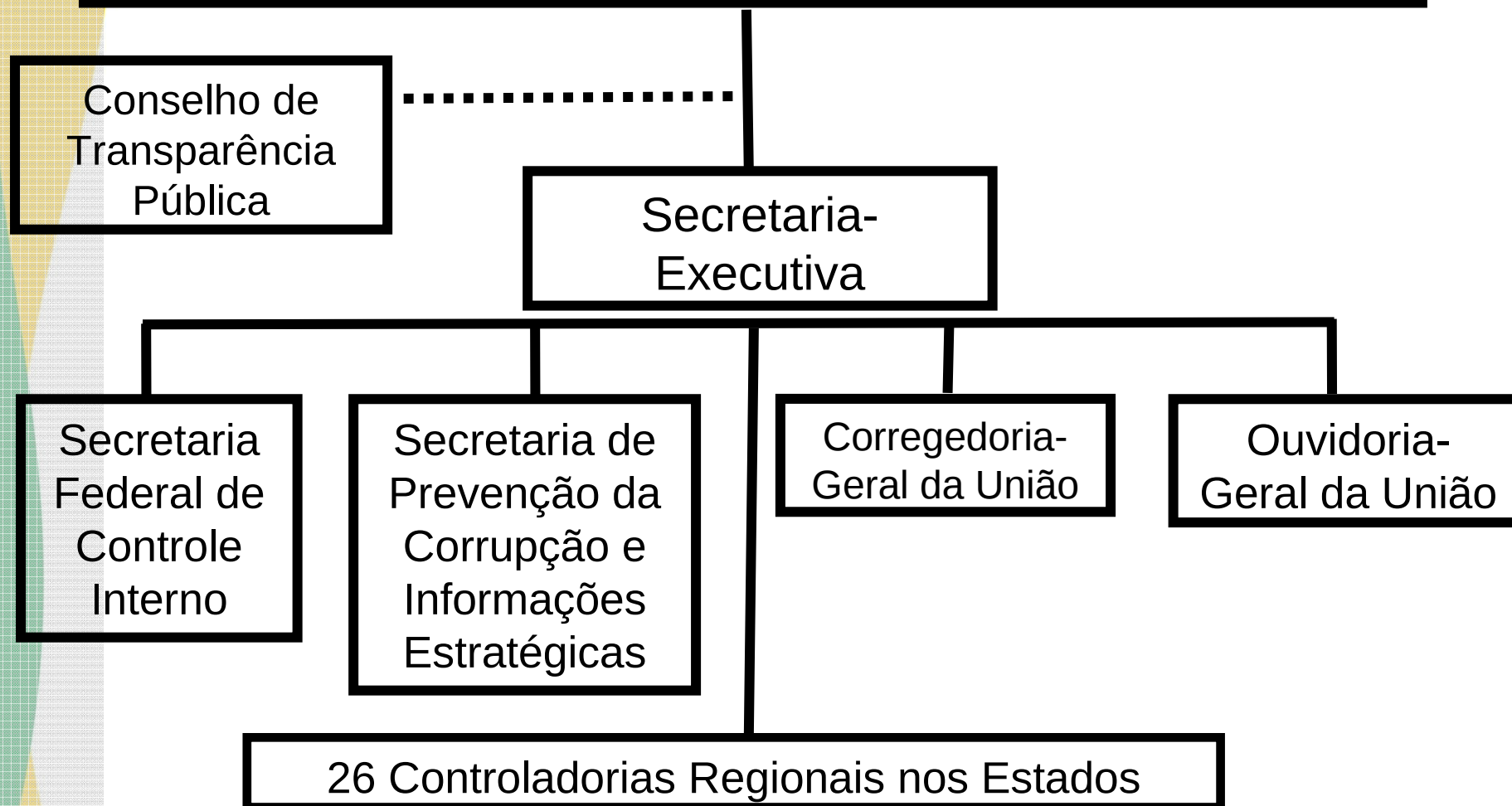
Secretaria
Federal de
Controle
Interno

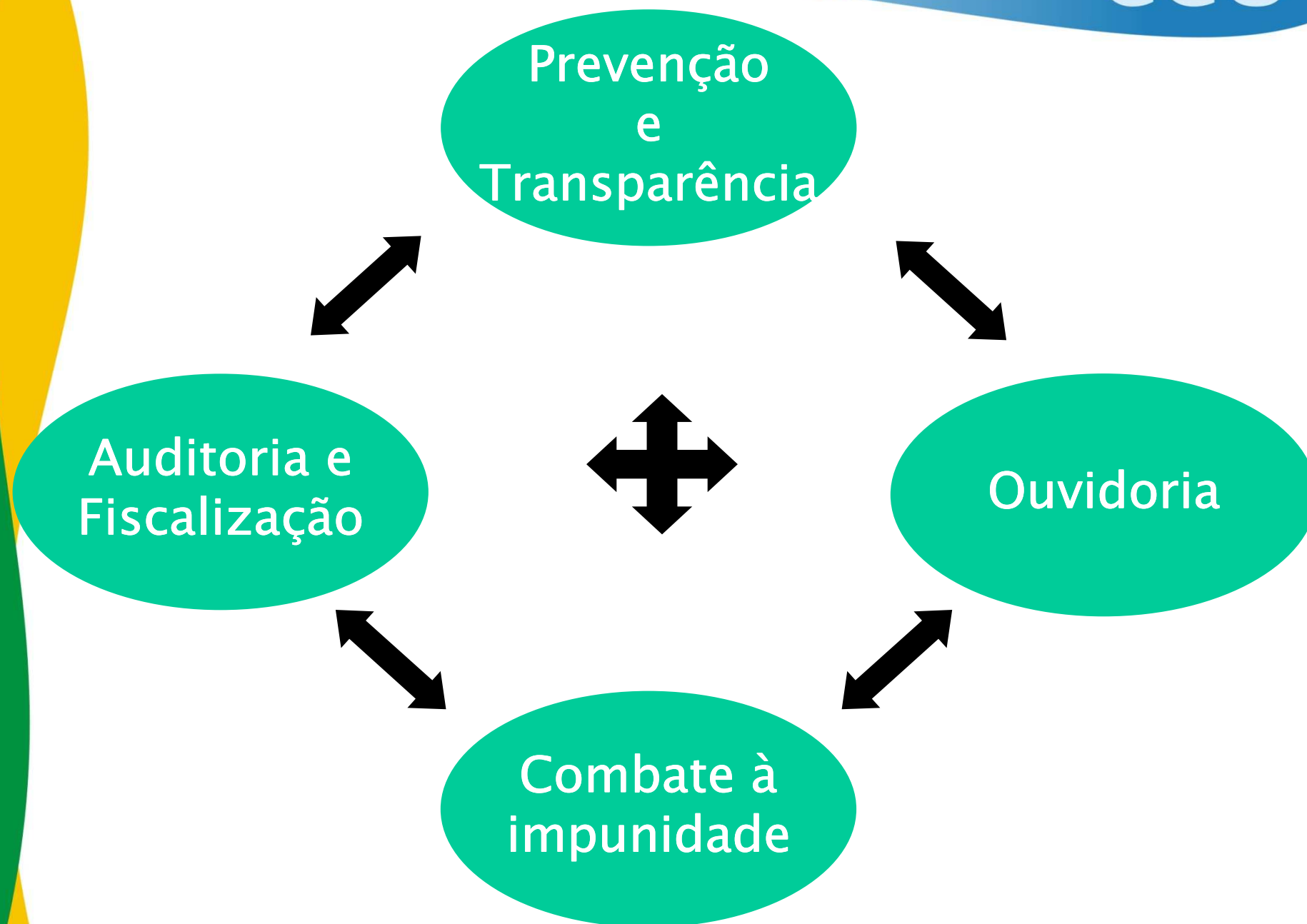
Secretaria de
Prevenção da
Corrupção e
Informações
Estratégicas

Corregedoria-
Geral da União

Ouvidoria-
Geral da União

26 Controladorias Regionais nos Estados





A decorative graphic on the left side of the slide, featuring a green vertical bar and a yellow curved shape that overlaps it.

Auditoria e Fiscalização

Ações de Controle Interno (orientação, auditoria e fiscalização)

- Orientação preventiva aos Gestores Públicos;
- Controle da execução dos Programas de Governo;
- Fiscalização da aplicação de recursos federais por Estados e Municípios;
- Investigação e apuração de denúncias;
- Operações especiais;
- Avaliação da gestão dos administradores públicos federais.

Algumas ações de controle interno em números:

- 34 edições de Fiscalização a partir de sorteios:
1.935 municípios fiscalizados: 35% do total de municípios brasileiros (5.564 municípios)
Mais de R\$ 16,1 bilhões de recursos públicos federais fiscalizados
- Programa contínuo de fiscalização em grandes municípios, a partir de 2007:
Atuação em todas as capitais dos Estados da federação e em 19 municípios com mais de 500 mil habitantes
1.085 ações de controle realizadas
- 8 edições do Sorteio de Estados:
77 fiscalizações
Contemplaram recursos da ordem de R\$ 8,3 bilhões
- Investigação e apuração de denúncias:
7.769 ações de controle realizadas

Fiscalizações da CGU

CGU



Fiscalizações da CGU

CGU



Fiscalizações da CGU

CGU



Fiscalizações da CGU

CGU



Fiscalizações da CGU

Município de Sítio Novo/RN - Construção de adutora em ferro (6.978m)



Utilização de tubos de ferro em pequenos trechos aparentes e nas saídas das caixas



Nos trechos não aparentes (5.658 metros), uso de tubos de PVC (contrariando as especificações)



Se comparados aos de PVC, os tubos de ferro dúctil custam o triplo do preço, mas têm o dobro da durabilidade e o quádruplo da resistência à pressão.

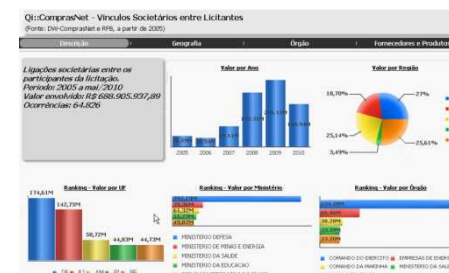
Prejuízo aos cofres públicos da ordem de **R\$ 503.651,36**

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS

Pesquisas Estratégicas

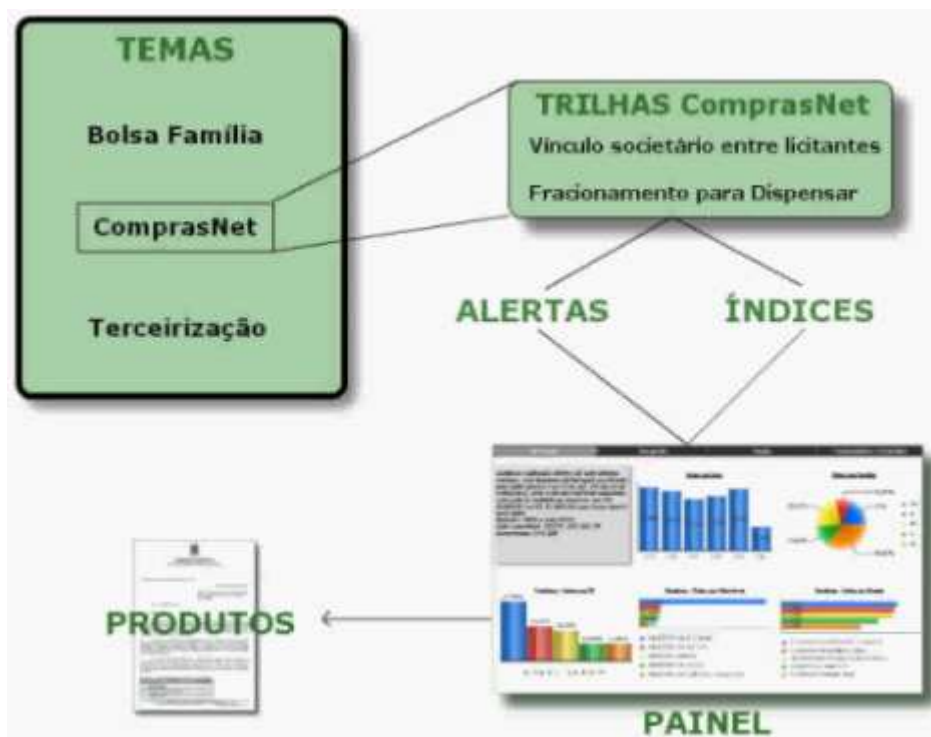
Informação

Conhecimento



- ✓ Análise e correlação em bases de dados governamentais
- ✓ Produção de informações/estudos sobre despesas públicas e demais assuntos de competência da CGU
- ✓ Pesquisa de técnicas e ferramentas para análise de dados e suporte a ações de controle

O ODP - Projetos



Temas desenvolvidos

- ✓ Cartão de Pagamentos do Governo Federal
- ✓ Compras Governamentais
- ✓ Diárias e Passagens
- ✓ Terceirização
- ✓ Bolsa Família

Licitações



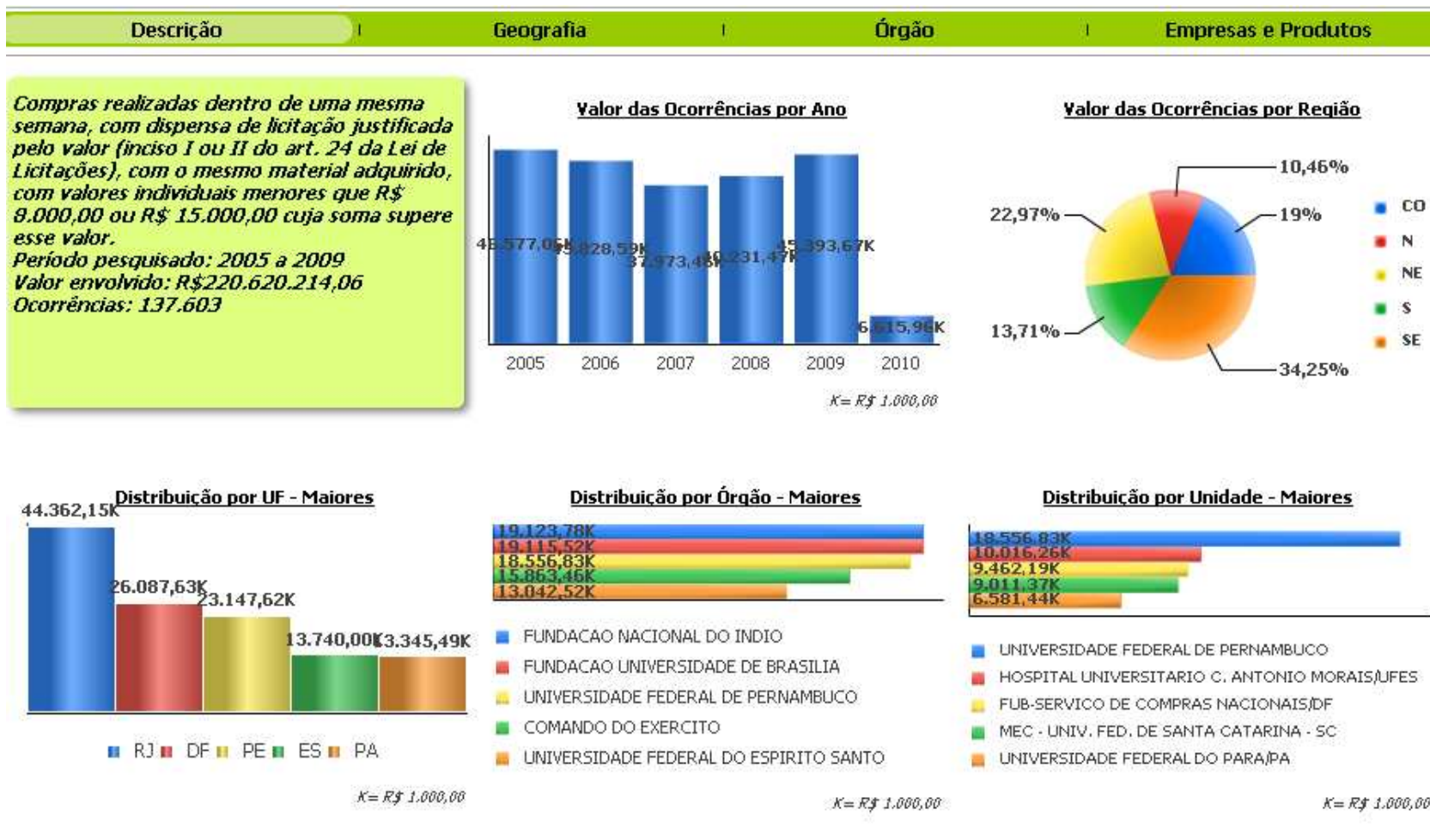
- **R\$ 232 bilhões**
 - **1998 a 2009**
- **22 tipologias**

Fracionamento para dispensar

Possibilidade de competição em inexigibilidades

Pregões onde a melhor proposta não ganhou

Fracionamento para dispensar





Pregões onde a melhor proposta não ganhou

CONSULTA RESULTADO DE LICITAÇÃO

Órgão:

Uasg:

Modalidade: 05 - Pregão

Número da Licitação: 38/2007

CNPJ/CPF: 08.703.140/0001-38

Razão Social/Nome: MOURACOM COMERCIO DE ARTIGOS DE INFORMATICA LTDA - ME

Item da Licitação: 00001

Situação:

Cod. do Conjunto Material: 150508

Identificação Conjunto Material: Estante

Descrição Detalhada do Material: 001ESTANTE TIPO RACK PARA SERVIDOR DE REDE (CONJUNTO). O EQUIPAMENTO É COMPOSTO DE RACK, COMPUTADOR E CONSOLE DE GERENCIAMENTO. SER ADEQUADO PARA USO DE SERVIDORES, STORAGES, UNIDADES DE REDE, ETC. OS SERVIDORES SÃO INSTALADOS COM SUAS PLACAS DE MANUTENÇÃO, COM PORTAS FECHADAS; À ORDENAÇÃO DE CABOS; VENTILAÇÃO, PINÉIS LATERAIS INDEPENDENTES COM NO MÍNIMO AUTOMÁTICO ENTRE 100 E 200 EQUIPAMENTOS DO RACK; SW SUPORTE E SELEÇÃO DE SERVIÇOS VIA DISPLAY (OSD); FORNECE

Quantidade: 1

Marca: Dell Rack 42 U

Preço Unitário: **17.999,00**

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Aberto	12/12/2007 13:41:14	Item aberto.
Iminência de Encerramento	12/12/2007 13:44:21	Batida iminente. Data/hora iminência: 12/12/2007 13:44:21
Encerrado	12/12/2007 14:22:26	Item encerrado
Recusa	14/12/2007 11:29:49	Recusa da proposta. Fornecedor: SNMP TECNOLOGIA LTDA ME, CNPJ/CPF: 06.097.101/0001-09, pelo melhor lance de R\$ 9.740,00. Motivo: A proposta não atende aos requisitos do edital, conforme parecer da área técnica registrado nas mensagens.
Recusa	17/12/2007 11:19:31	Recusa da proposta. Fornecedor: NS TELEINFORMATICA LTDA ME, CNPJ/CPF: 07.857.655/0001-20, pelo melhor lance de R\$ 9.815.000,00. Motivo: A proposta não atende aos requisitos do edital, pois a garantia oferecida é de 3 anos. Além disso, ofereceram um equipamento ofertado não atende aos requisitos do edital, pois a garantia exigida foi, pelo menos, de réguas de 16 portas cada uma.
Recusa	18/12/2007 11:14:51	Recusa da proposta. Fornecedor: K 73 SOLUTIONS ELETRO ELETRONICOS LTDA, CNPJ/CPF: 04.344.582/0001-84, pelo melhor lance de R\$ 11.100.000,00. Motivo: A proposta não atende aos requisitos do edital, conforme parecer da área técnica registrado nas mensagens deste Pregão.
Aceite	19/12/2007 11:38:21	Aceite individual da proposta. Fornecedor: <u>MOURACOM COMERCIO DE ARTIGOS DE INFORMATICA LTDA - ME, CNPJ/CPF: 08.703.140/0001-38</u> , pelo melhor lance de R\$ 17.999,0000. Motivo: A proposta atende aos requisitos do edital e o preço ofertado está abaixo da estimativa da ANCINE.
Habilitado	19/12/2007 11:40:05	Habilitação individual da proposta. Fornecedor: MOURACOM COMERCIO DE ARTIGOS DE INFORMATICA LTDA - ME, CNPJ/CPF: 08.703.140/0001-38, pelo melhor lance de R\$ 17.999,0000.

Contratado: 4º colocado

1º

2º

3º

Correlação de fornecedores em licitação

Unidade Responsável:

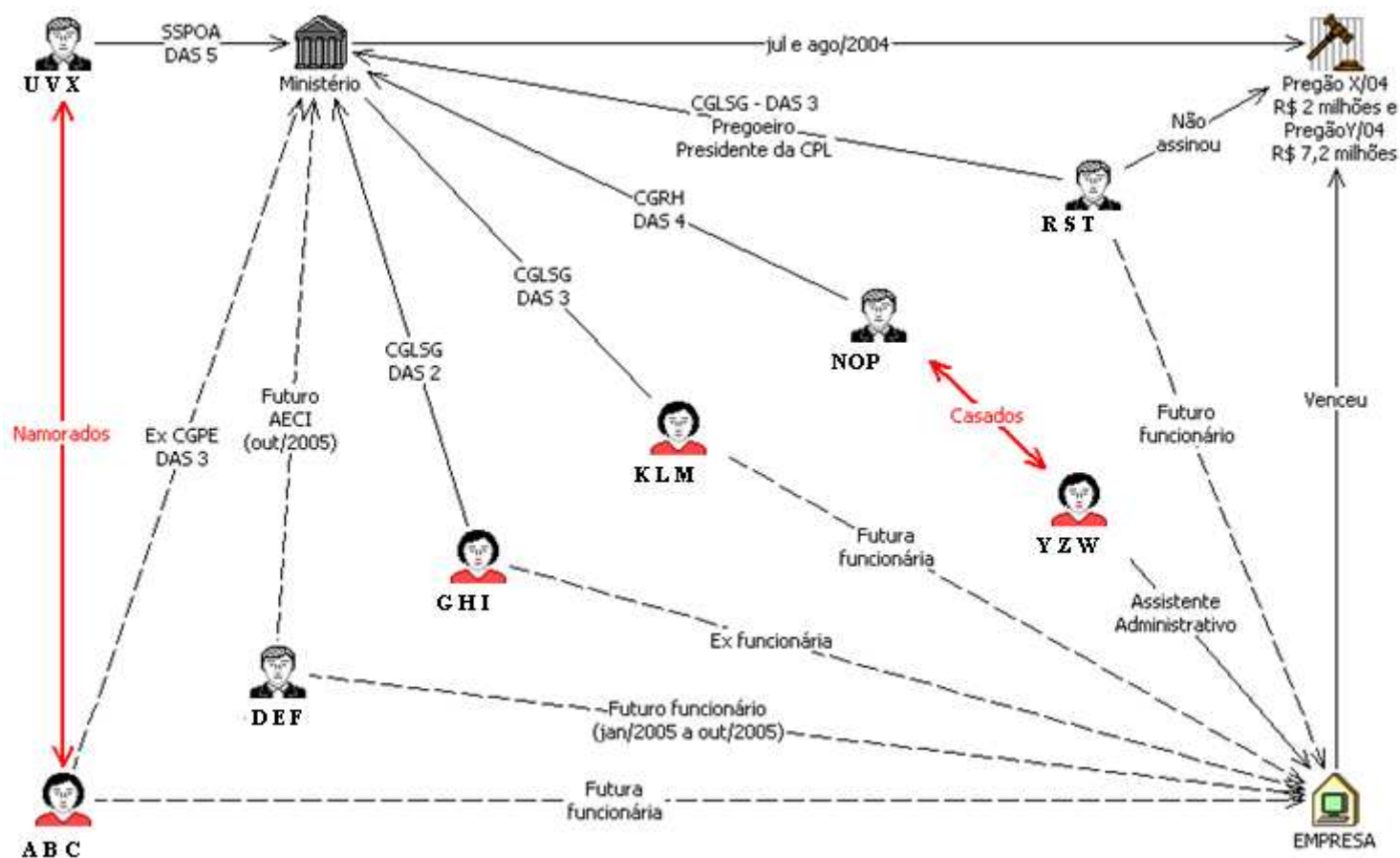
Data: 10/03/2008

Objeto: GASOLINA COMUM.

Valor: R\$ 47.260,00

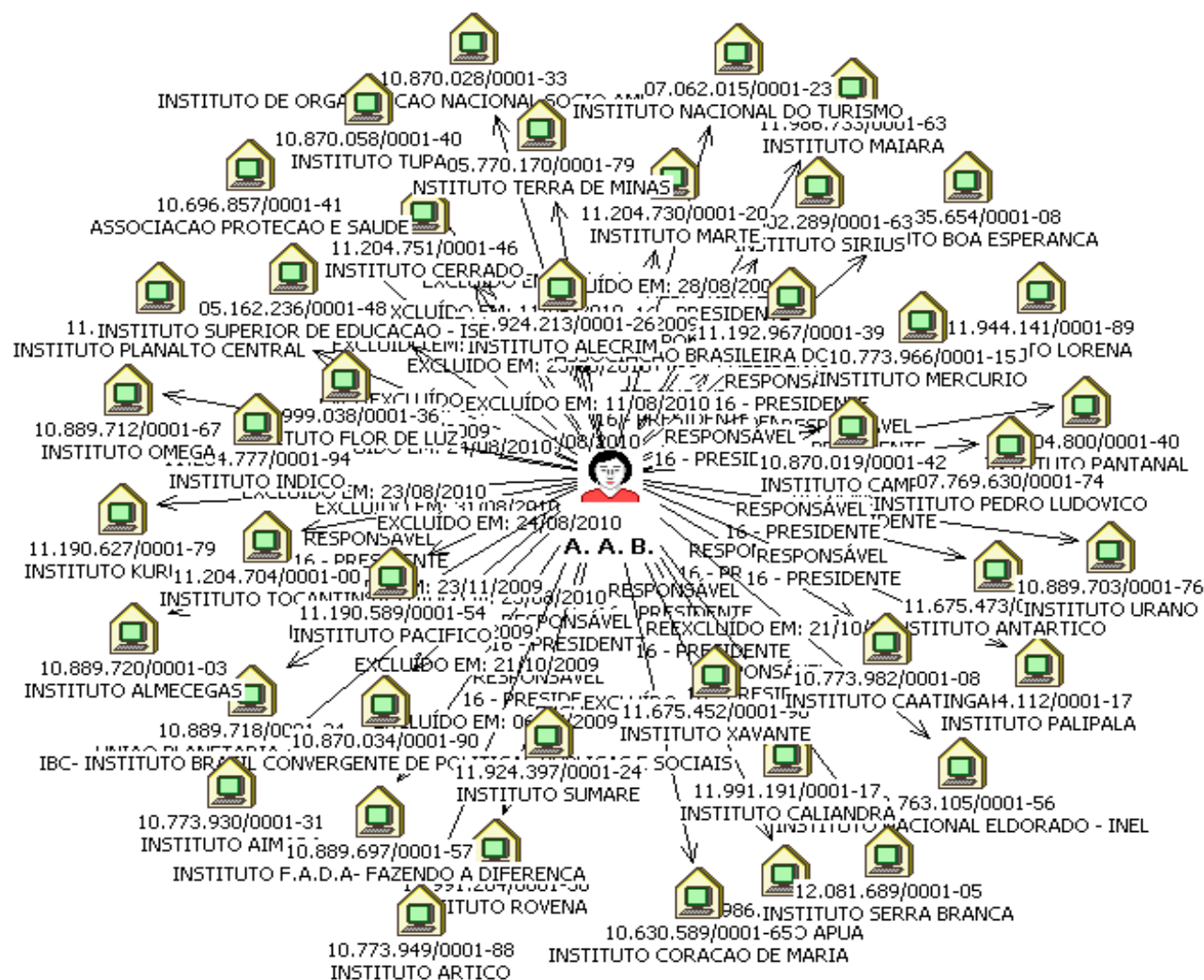


Verificação de Conflito de Interesses



Projeto OSCIPS:

Uma pessoa relacionada a **43 OSCIPS**



Diárias e Passagens



R\$ 134 milhões - Passagens

R\$ 140 milhões - Diárias

2009

15 tipologias

Passagens com valor acima da média

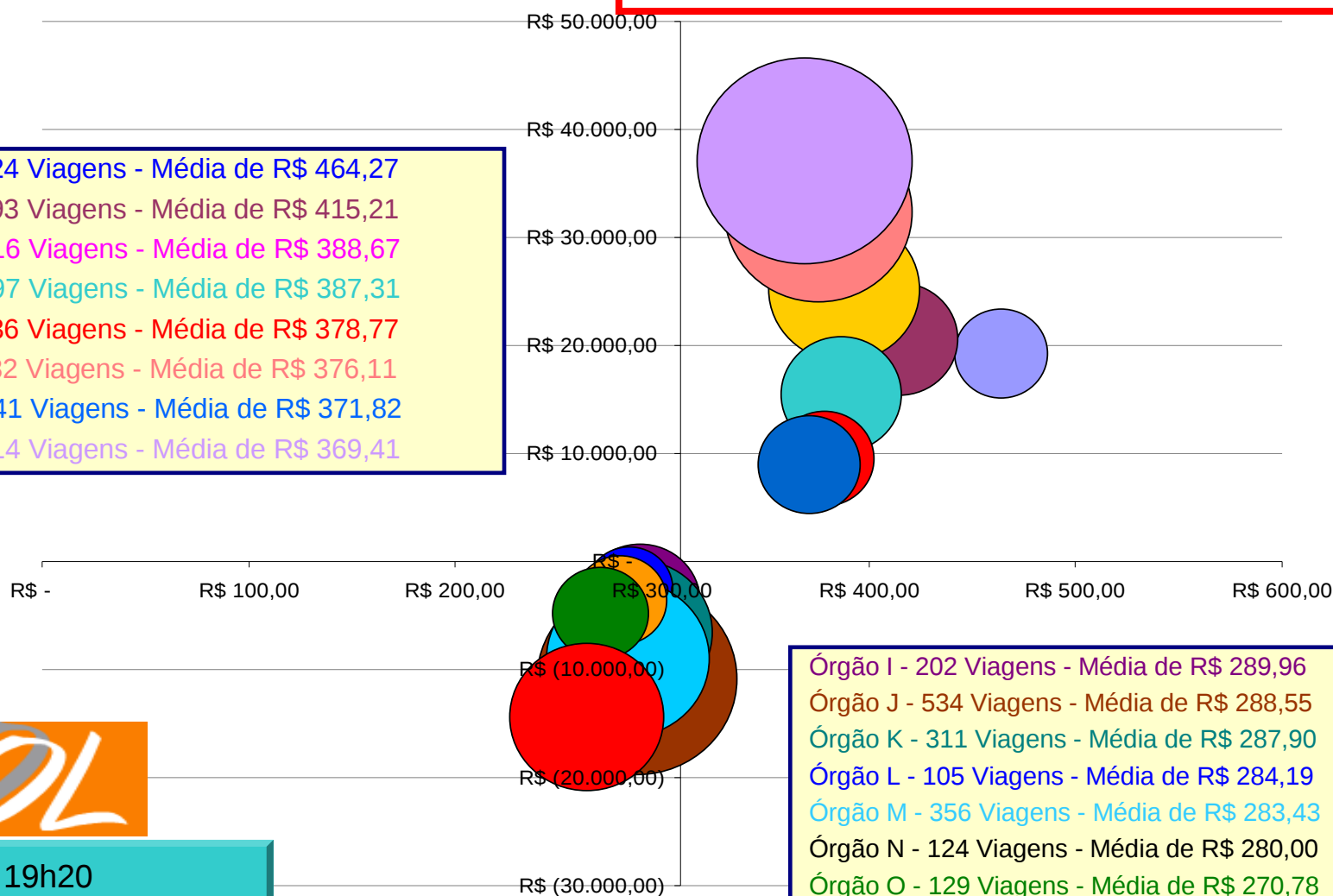
Servidor com grande quantidade de diárias/ano

Mapeamento dos preços pagos por passagens

Observatório de Despesas Públicas

Voo Brasília-Rio de Janeiro (Preço médio: R\$ 309,00)

Órgão A - 124 Viagens - Média de R\$ 464,27
 Órgão B - 193 Viagens - Média de R\$ 415,21
 Órgão C - 316 Viagens - Média de R\$ 388,67
 Órgão D - 197 Viagens - Média de R\$ 387,31
 Órgão E - 136 Viagens - Média de R\$ 378,77
 Órgão F - 482 Viagens - Média de R\$ 376,11
 Órgão G - 141 Viagens - Média de R\$ 371,82
 Órgão H - 614 Viagens - Média de R\$ 369,41



GOL

19h20
Ou por volta deste horário

Órgão I - 202 Viagens - Média de R\$ 289,96
 Órgão J - 534 Viagens - Média de R\$ 288,55
 Órgão K - 311 Viagens - Média de R\$ 287,90
 Órgão L - 105 Viagens - Média de R\$ 284,19
 Órgão M - 356 Viagens - Média de R\$ 283,43
 Órgão N - 124 Viagens - Média de R\$ 280,00
 Órgão O - 129 Viagens - Média de R\$ 270,78
 Órgão P - 322 Viagens - Média de R\$ 264,11

GASTOS COM PASSAGENS AÉREAS

TRECHOS MAIS COMPRADOS (Fonte: SCDP, 1º semestre de 2010)

SEGMENTO: BRASILIA/DF <--> SAO PAULO/SP

COMPARAÇÃO COM A MÉDIA NACIONAL¹



MÉDIA DE ANTECEDÊNCIA

5,44 dias

ÓRGÃO - POSIÇÃO NO RANKING²:

42^o de 48

Quadro Informativo

Esses números apresentam os resultados do estudo para o órgão/segmento em questão. Neles são considerados os trechos viajados entre duas determinadas cidades, sem distinguir origem e destino. Foram desconsiderados os trechos compostos por mais de duas cidades em que o valor da viagem foi concentrado em apenas uma parte do trecho.

Qtde de trechos viajados no segmento	109	Média dos gastos do órgão no segmento:	R\$ 359,64
Valor gasto:	R\$ 39.200,60	Média nacional:	R\$ 314,39
Média de antecedência da compra:	5,44 dias	Distância percentual em relação à média nacional:	14,39%
Maior preço no órgão/entidade:	R\$ 627,50	Economia Potencial ³ :	R\$ 4.932,09
Menor preço no órgão/entidade:	R\$ 159,00		

Observações

¹ Aqui a média dos gastos do órgão no segmento está comparada ao valor da média nacional. No velocímetro, o ponteiro indica a média do órgão e o marcador caracteriza a média nacional, que deve ser entendida como o valor de referência. Na barra de variação percentual está indicado o quanto, percentualmente, a média do órgão está acima ou abaixo da média nacional.

² O ranking classifica as médias dos gastos da menor para a maior.

³ Economia do órgão, caso tivesse comprado todas as passagens pelo valor da média



United Nations Public Service Awards – UNPSA 2011

Categoria - Melhoria da Gestão da Informação
no Governo

1º lugar



Articulação Interinstitucional

Integração entre diversas instituições

01. Polícia Federal
02. Ministério Público Federal
03. Ministérios Públicos Estaduais
04. COAF/MF
05. Ministério da Justiça
06. Advocacia-Geral da União
07. Comissão de Ética Pública
08. Banco Central
09. Receita Federal do Brasil
10. Tribunal de Contas da União
11. Ministério do Planejamento
12. Bancos Oficiais: BB, CEF
13. Conselho Nacional de Justiça
14. Órgãos de controle estaduais

Atuação integrada entre CGU e Polícia Federal

Operações especiais conjuntas de combate à corrupção

Gafanhoto

Sanguessuga

Alcaides

Toque
de Midas

Mamoré

Telhado
de Vidro

Rêmora

Borduna

Guabiru

Simulacro

Metástase

Parceria

Pororoca

Gárgula I e II

Passárgada

Rapina
I, II, III, IV e V

Campus Limpo

Navalha

Carranca

João de
Barro

Confraria

Vampiro

Mecenas

Certame

Galiléia

Atuação integrada entre CGU e Polícia Federal

Solicitações do DPF à CGU

Ano	Total
2010	525
2009	444
2008	304
2007	266
2006	141
2005	52
2004	5
Total	1.409

CGU e Ministério Público: parceria estreita e efetiva no combate à corrupção

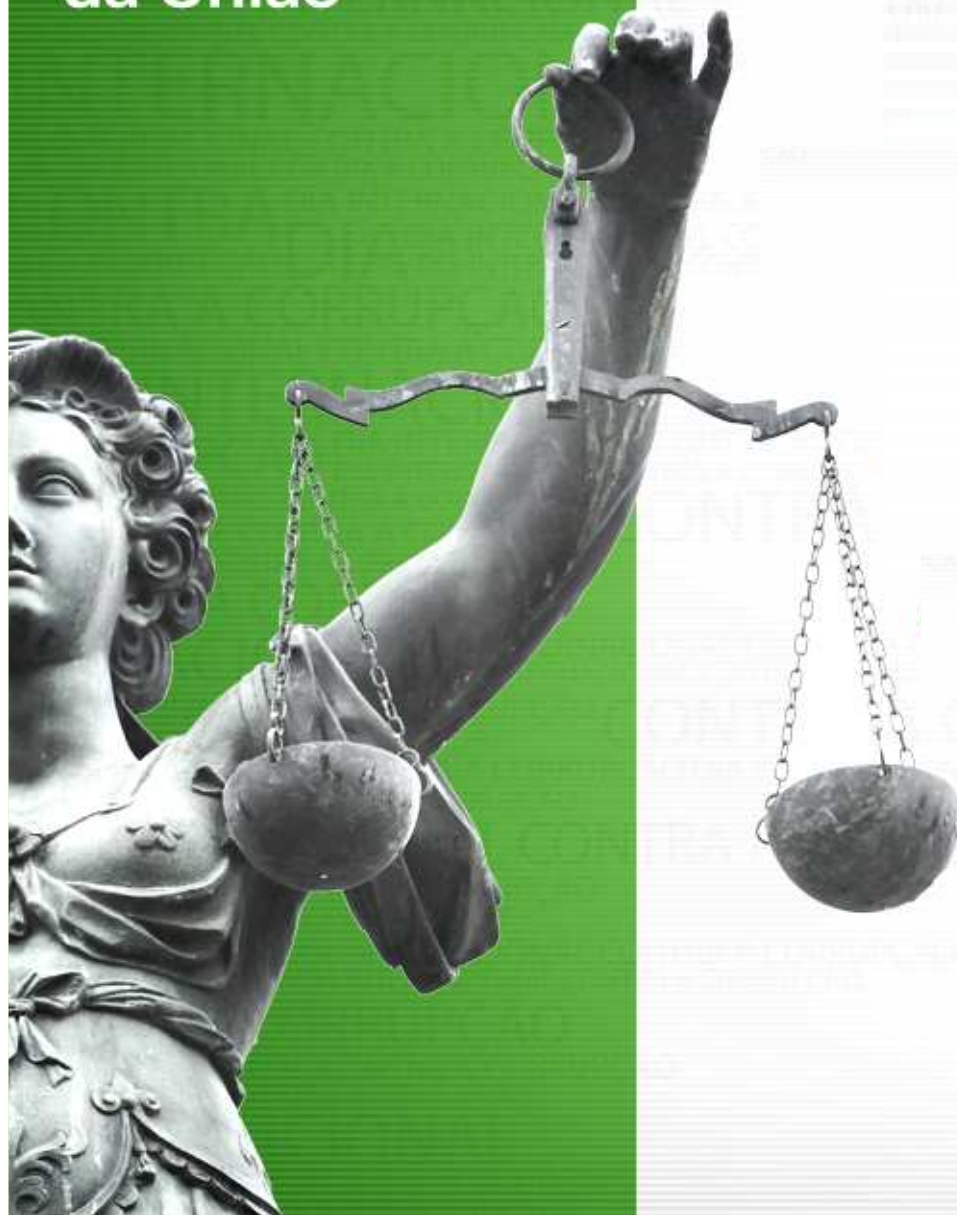
Desde 2003

- Mais de 2400 ações de controle da CGU foram realizadas por solicitação do MPF

- E 2629 procedimentos foram instaurados pelo MPF em decorrência de fiscalizações da CGU.



Parceria com a
Advocacia-Geral
da União



Desde o aprimoramento da
parceria **AGU/CGU** no
dia Internacional contra
corrupção de 2008,
440 ações de
improbidade
administrativa foram
ajuizadas pela **AGU** com
fundamento nos
trabalhos da **CGU**.

Articulação CGU- RFB

- Permite acesso às declarações de bens e renda entregues pelos servidores, preferentemente por meio eletrônico.

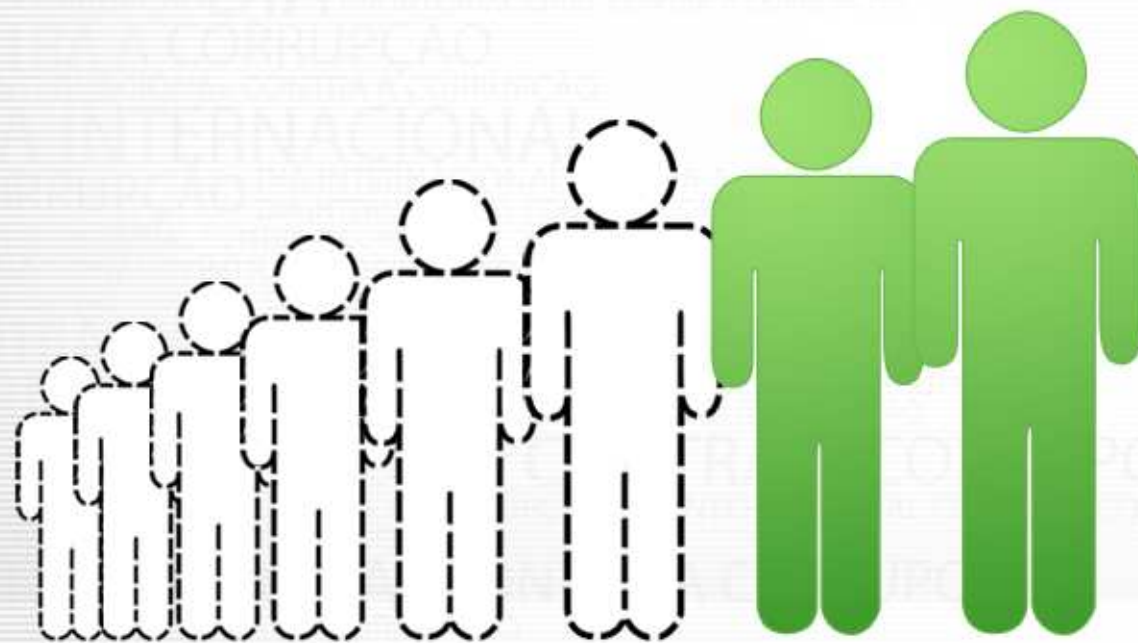
Objetivo: Acompanhamento da evolução patrimonial dos agentes públicos como instrumento de combate ao enriquecimento ilícito

Combate à Impunidade

AÇÕES NA ÁREA DE CORREIÇÃO

- Recomendação ou instauração de PADs e Sindicâncias Patrimoniais;
- Revisão dos PADs instaurados fora da CGU;
- Investigação e apuração de operações comunicadas pelo COAF (Parceria CGU-COAF);
- Acompanhamento da evolução patrimonial (Parceria CGU-RFB) ;
- Coordenação do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (Decreto 5.480/05);
- Declaração de Inidoneidade e Suspensão de Empresas (Lei 8.666/93);

Ações correcionais promovidas pela CGU: combate à impunidade no Poder Executivo federal



Nos últimos nove anos, mais de 3.300 autoridades e agentes públicos foram excluídos do serviço público federal.

De 2003 a agosto de 2011

Penalidades expulsivas aplicadas

Punições	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Demissão	242	254	240	299	394	312	370	433	303	2847
Cassação	8	15	17	24	29	26	24	35	31	209
Destituição	14	23	15	34	23	41	44	53	40	287
TOTAL	264	292	272	357	446	379	438	521	374	3343

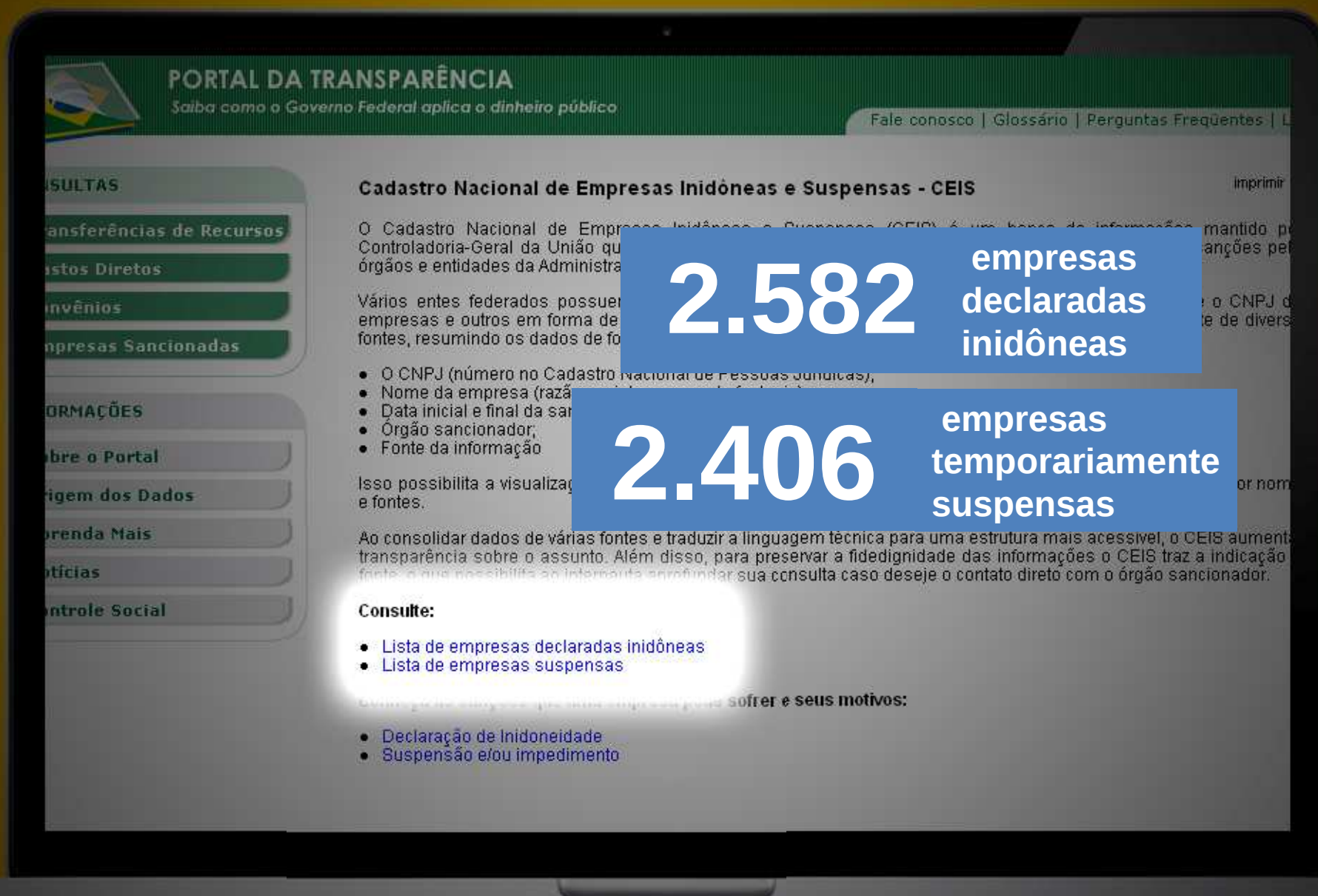
* 2011 até o mês de agosto

Ações correcionais promovidas pela CGU: combate à impunidade no Poder Executivo federal



**Punição também
para as empresas**

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas



A decorative graphic on the left side of the slide, featuring a vertical green bar and a yellow curved shape that overlaps it.

Transparência e Prevenção

AÇÕES NA ÁREA DE PREVENÇÃO

1. Incremento da transparência
2. Estímulo ao Controle Social
3. Orientação e Fortalecimento da Gestão
4. Educação para a Ética e Cidadania
5. Articulação com o Setor Empresarial
6. Implementação das Convenções Internacionais
7. Aprimoramento do Marco Legal
8. Estudos e pesquisas sobre corrupção
9. Prevenção a Conflito de Interesses



PORTAL DA TRANSPARÊNCIA do Governo Federal

Fale conosco | Glossário | Perguntas Frequentes | Links | Manual de Navegação

CONSULTAS

Despesas

Receitas

Convênios

Empresas Sancionadas

Servidores

INFORMAÇÕES

Sobre o Portal

Origem dos Dados

Aprenda Mais

Notícias

Controle Social



Cadastre-se

Receba informações sobre liberações de convênios



Rede de

Transparência



Páginas de

Transparência Pública



Olho Vivo

no Dinheiro Público



Criança Cidadã

O Portalzinho da CGU

DESPESAS

RECEITAS

CONVÊNIOS

CEIS

SERVIDORES

Informações Diárias (dados a partir de maio de 2010) **LC 131 - NOVO!**

Use a pesquisa para encontrar dados detalhados sobre a execução orçamentária e financeira do governo federal, com possibilidade de pesquisar informações por dia e pela fase de despesa (empenho, liquidação ou pagamento). A atualização dos dados é diária.

consultar

Informações Mensais (dados a partir de 2004)

Use a pesquisa para acompanhar os recursos públicos transferidos pela União ao exterior, a estados e municípios brasileiros, ao Distrito Federal, a instituições privadas e aos cidadãos, bem como para conferir os gastos diretos do Poder Executivo Federal. A atualização dos dados é mensal.

Transferências de Recursos ?

Exercício (Selecione) ▼

☐ por Estado/Município

☐ por Ação de Governo

☐ por Favorecido (Selecione) ▼

consultar

Gastos Diretos do Governo ?

Exercício (Selecione) ▼

☐ por Tipo de Despesa

☐ por Órgão Executor

☐ por Ação Governamental

☐ por Favorecido (Selecione) ▼

☐ Diárias Pagas

Conheça a previsão de investimentos e a fonte dos recursos que serão aplicados na Copa 2014 e nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016

COPA 2014

RIO 2016

Transparência nos Estados e Municípios

Conheça os valores dos recursos repassados do Governo Federal para estados, DF e municípios.

Acesse e fique informado



ENQUETE



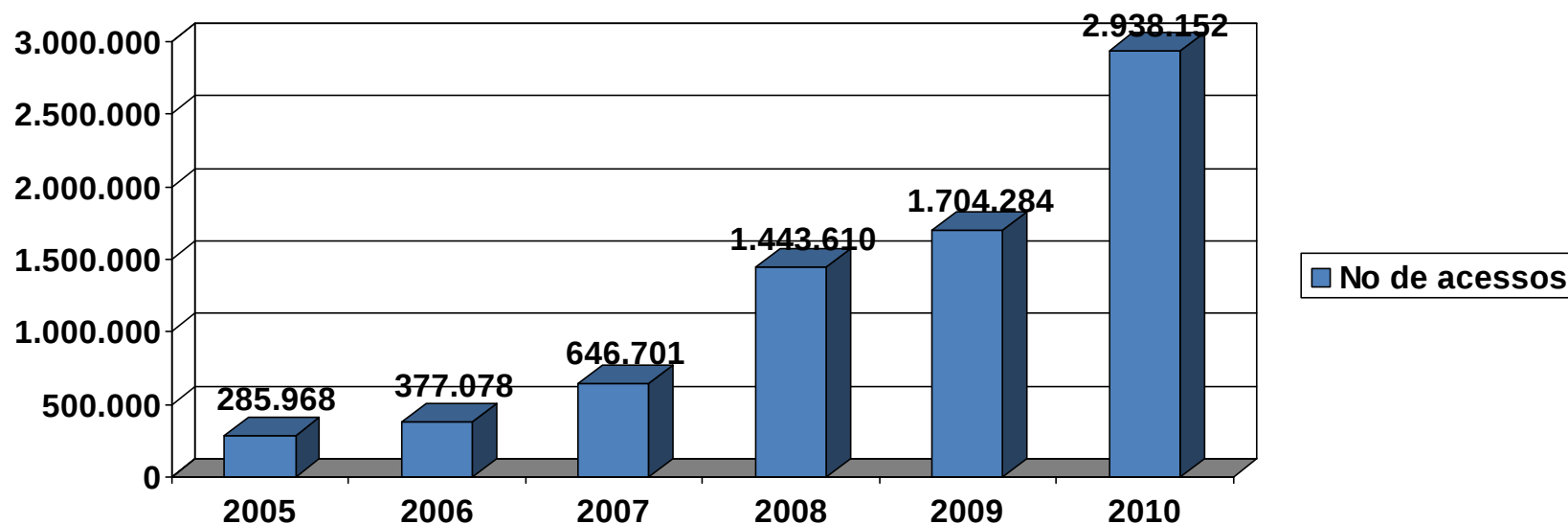
Você encontrou no Portal os dados e informações que procurava?

NOTÍCIAS

10/05 - Novo Chat sobre o uso do Portal da Transparência

Portal da Transparência em Números

Valores Expostos (R\$)	Mais de 8,5 trilhões
Informações (registros)	1,1 trilhão
Visitas em 2011 até julho	1.807.789



PREMIAÇÕES NACIONAIS



2
0
0
6 **II Prêmio Nacional de
Desburocratização Eletrônica**
**1ª. colocação na Modalidade
Governo-Cidadão Federal**



2
0
0
7 **Prêmio TI & Governo – Plano
Editorial**
**1ª. colocação na Categoria
eDemocracia**



2
0
0
8 **12º. Concurso de Inovação na
Gestão Pública**
5º. colocação na Categoria Geral



14º Congresso de Inovação

2
0
0
8 **11º. Prêmio de Excelência em
Inovação na Gestão Pública**
**1ª. colocação na Categoria
Finanças e Adm. Pública**

Prêmios Internacionais



UNODC Award 2008

“Important work on promotion of transparency on public money spending”



UNCAC States Parties Conference Bali 2008

One of the five best practice in strategies for transparency and fight on corruption in the world

Estímulo ao Controle Social

Olho Vivo no Dinheiro Público

Produtos desenvolvidos:

- Cartilha Olho Vivo no Dinheiro Público

Mais de 1 milhão
e 600 mil exemplares
distribuídos





■ ELIANE MARTINS e Bruno Batista, integrantes da Coafisop, no canteiro de obras da Escola Municipal França de Carvalho: a reforma da unidade deveria ter sido concluída há três anos

Moradores viram fiscais de plantão

Comissão formada no Prata, em Nova Iguaçu, fiscaliza todas as obras públicas em andamento no bairro

Por Marta Paes

marta.paes@oglobo.com.br
marta.paes@extra.inf.br

• Eles levam o papel de cidadão a sério e estão sempre cobrando

melhorias para o bairro onde moram. Além disso, denunciam falta de investimentos e problemas de ordem pública. Com uma iniciativa exemplar, dez moradores do Prata, em Nova Iguaçu, têm conseguido chamar a atenção das autoridades — e da imprensa — para suas reivindicações. Esse trabalho começou no ano passado, quando eles criaram a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização das Obras do Bairro da Prata (Coafisop) pa-

ra monitorar o andamento do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) na região.

O compromisso com o bairro, no entanto, vai muito além da fiscalização das obras do PAC. Os integrantes da comissão passaram a acompanhar de perto todos os movimentos do poder público que possam afetar a vida dos moradores do Prata.

— Só queremos garantir nossos direitos. A comissão é respaldada pela lei. Acho que a pre-

feitura não esperava uma cobrança tão grande. Acompanhamos tudo e procuramos informar outros moradores sobre os gastos públicos. Distribuímos cartilhas que recebemos da Controladoria Geral da União para que as pessoas conheçam seus direitos e saibam cobrá-los das autoridades — diz a profissional autônoma Eliane Martins, integrante da Coafisop.

O trabalho da comissão foi iniciado em maio do ano pas-

sado, quando a Secretaria da Cidade convocou moradores do Prata para uma reunião sobre as obras do PAC.

— A intenção é fiscalizar e controlar o dinheiro público. É um trabalho difícil porque não temos acesso fácil às informações, mas estamos sempre cobrando explicações e resultados da prefeitura e dos governos estadual e federal — diz o dentista Bruno Leite Batista, também da Coafisop.

Coafisop cobra conclusão de vários serviços

• Hoje, a maior crítica da Coafisop é direcionada ao atraso de três anos na entrega da Escola Municipal França de Carvalho. Em março de 2006, a prefeitura iniciou a reconstrução da unidade, cuja estrutura encontrava-se em péssimo estado. A conclusão do serviço estava prevista para setembro do mesmo ano. Os alunos foram transferidos, de forma provisória, para um prédio anexo a uma escola particular. Permanecem lá até hoje.

— Estou programando uma festa de aniversário para mais um ano de obra parada. Sempre que reclamamos na imprensa a prefeitura retoma as obras, mas, como se vê, estão suspensas novamente — diz Eliane, em frente ao prédio abandonado.

A comissão, que antes se reunia mensalmente com representantes da prefeitura, agora tem dificuldades para obter respostas da administração municipal.

— A última reunião aconteceu em março. Enquanto concordávamos com tudo, éramos bem recebidos, mas a postura mudou quando começamos a fazer questionamentos. Com muita pressão, conseguimos trazer secretários ao bairro e fomos recebidos pelo prefeito — conta Eliane.

Há 50 anos morando no bairro, Orenice Francisca Rosa, a Dona Nicinha, elogia a atuação da Coafisop:

— Nós queremos respostas das autoridades. Para conse-

guirmos isso, é importante que muitos moradores estejam mobilizados.

O engenheiro Antônio Costa, que já fez parte da comissão, lamenta a falta de acesso a documentos que, em tese, deveriam ser públicos:

— Deveríamos ver os projetos das obras para podermos, de fato, fiscalizar as execuções.

Necessárias para acabar com as enchentes que tanto atormentam os moradores, as obras de drenagem no bairro também são criticadas.

— A Rua Tenório Cavalcanti, a que mais sofre com enchentes, não foi incluída no projeto. A prefeitura alega que o problema será resolvido com as obras na Avenida Plínio Casado, mas não acreditamos nisso. No Caminho do Manhoso, os serviços ficaram sem conclusão — diz o professor Jayme Soares, outro integrante da Coafisop.



■ DONA NICINHA, que mora no Prata há 50 anos: "É importante que muitos moradores estejam mobilizados"

Algumas informações da cartilha da Controladoria Geral da União

A Coafisop não se restringe a cobrar resultados da prefeitura. Integrantes da comissão já fizeram denúncias ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ministério Público estadual. Além disso, eles procuram conscientizar moradores distribuindo cartilhas da Controladoria Geral da União. Veja alguns tópicos a seguir:

• **DEVERES DA PREFEITURA:** Informar à população, com clareza, como gasta o dinheiro público. Prestar contas aos moradores. Convocar a população para audiências

públicas quando começar a discutir o orçamento anual.

• **MERENDA:** Informações sobre verbas para os municípios podem ser encontradas no site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (www.fnnde.gov.br).

• **SAÚDE:** Informações sobre repasses para os municípios estão no site do Ministério da Saúde (www.saude.gov.br).

• **ORÇAMENTO:** É votado uma vez por ano pela Câmara Municipal. Todas as prefeituras têm a obrigação de convocar a população

para audiências públicas sobre o orçamento.

• **IMPOSTOS DIRETOS:** São todos aqueles pagos diretamente para a prefeitura, o governo estadual ou o federal. Exemplos: Imposto de Renda (federal), Imposto Predial Territorial Urbano (municipal) e Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (estadual).

• **LICITAÇÃO:** Acontece quando a prefeitura precisa comprar algum produto ou contratar serviços de uma pessoa ou de uma empresa. É um aviso, por escrito, para todos os interessados em participar do

processo. Ganha aquele que tiver mais qualidade e menor preço. Os governos estadual e federal também precisam fazer licitações.

• **CGU:** Endereço do escritório da Controladoria Geral da União (CGU) no Rio de Janeiro: Avenida Presidente Antônio Carlos 375, 7º andar, sala 711, Palácio da Fazenda, Centro. Telefone: 3805-3700.



► O que achou desta reportagem? A iniciativa vai dar certo? Diz aí: oglobo.com.br/bairros

Enquete de acesso ao Portal da Transparência

**VOCÊ ESTÁ CONSULTANDO O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
DO GOVERNO FEDERAL NA QUALIDADE DE:**

Data: 21/dez/2010 a 30/08/2011

Nº	OPÇÕES	%
1	Cidadão, para saber como o dinheiro é aplicado	39,18
2	Curioso - sem finalidade específica	4,40
3	Estudante	14,25
4	Imprensa	1,49
5	Organização não-Governamental	2,24
6	Servidor do Ministério Público e Tribunal de Contas (Federal/Estadual/Municipal)	2,01
7	Servidor Público Federal (exceto do Ministério Público e Tribunal de Contas)	14,93
8	Servidor Público Estadual/Municipal (exceto do Ministério Público e Tribunal de Contas)	15,75
9	Setor Privado (empregado / empresa)	5,75
TOTAL		100

Capacitação de cidadãos para exercer o controle social





1ª CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL



maio de 2012

A 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (1ª Consocial) tem o objetivo principal de promover a transparência pública e estimular a participação da sociedade no acompanhamento da gestão pública, contribuindo para um controle social mais efetivo e democrático que garanta o uso correto e eficiente do dinheiro público.

Programa de Fortalecimento da Gestão

- Manual para agentes públicos municipais
- O Vereador e a Fiscalização de Recursos Públicos Municipais
- Apoio à Transição Municipal



Educação para Ética e a Cidadania -Site Infantil

www.portalzinho.cgu.gov.br



Projeto “Um por Todos e Todos por Um pela Ética e Cidadania”



Parceria entre a CGU e o Instituto Maurício de Sousa, uma instituição não-governamental.

Criado para difundir a cidadania, a ética e a responsabilidade entre os participantes: educadores, estudantes, famílias e comunidade.

Projeto “Um por Todos e Todos por Um pela Ética e Cidadania”

REVISTA
UM POR
TODOS



Revista publicada - Distribuição gratuita

UM POR TODOS E
TODOS POR UM!
pela ética e cidadania



OS BENS PÚBLICOS
PERTENCEM A TODOS NÓS!



OS E
UM!
dania



CAÇÃO
RO MELHOR!



Ações focadas na educação das crianças

Concurso de Desenho e Redação

De 2008 a 2010, a média de participação anual foi de mais de 250 mil estudantes.



Articulação com o Setor Empresarial Cooperação Público – Privado Contra a Corrupção

Parceria entre a CGU e o Instituto Ethos:

CGU e Ethos estabeleceram parceria buscando:

Estimular e implementar iniciativas para fortalecer boas práticas de governança corporativa.

Promover a ética e a integridade na relação entre os setores público e privado.

Articulação com o Setor Empresarial

Cooperação Público – Privado Contra a Corrupção

Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção

Em 2009 foi acrescentada a cláusula:

7. As Signatárias ou qualquer pessoa ou organização que atue em nome das Signatárias ou em seu benefício se comprometem a consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS da Controladoria Geral da União a fim de verificar se as pessoas físicas ou jurídicas que atuam como fornecedores em sua cadeia produtiva foram declaradas inidôneas pela Administração Pública, evitando sempre que possível estabelecer relação de negócio com as pessoas sancionadas.

Iniciativas em implementação pela parceria CGU - Ethos



Manual de Combate à Corrupção no Setor Privado: estimula o fortalecimento do diálogo entre os setores público e o setor privado, de forma a promover iniciativas de promoção da integridade no campo privado.

Curso a distância baseado no Manual acima referido.

Manual e curso a distância para PMEs (pequenas e médias empresas), inspirado nas experiências da “Transparencia por Colombia - Rumbo Pymes”.

Cooperação Público-Privada Contra a Corrupção

- Distribuição de livretos sobre a Convenção da OCDE para mais de 20.000 empresas;
- Pesquisa com mais de 450 empresas brasileiras para identificar as medidas anticorrupção e de integridade adotadas por elas;
- Confeção e distribuição de Cartas Ministeriais para as 45 maiores empresas exportadoras para disseminar a preocupação sobre os termos da Convenção da OCDE, bem como sobre medidas de integridade para o combate à corrupção.



O Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade - Cadastro Empresa Pró-Ética, é uma iniciativa da Controladoria-Geral da União e do Instituto Ethos que avalia e divulga as empresas voluntariamente engajadas na construção de um ambiente de integridade e confiança nas relações comerciais, inclusive naquelas que envolvem o setor público.

Recentemente, 4 empresas foram as primeiras a serem inseridas no Cadastro:

- AES Gaúcha
- EDP Energias do Brasil
- Johnson Controls Building Efficiency
- Siemens

Aprimoramento do Marco Legal

- Sindicância Patrimonial (Decreto Presidencial);
- Controle das transferências de recursos (Decreto Presidencial);
- Suprimento de Fundos (Decreto Presidencial);
- Regulamentação das PEPs (norma do Banco Central);
- Vedação ao nepotismo (Decreto Presidencial);
- Anteprojeto de Lei que regulamenta o Lobby (em elaboração);
- Responsabilização da Pessoa Jurídica por atos de corrupção (PL);
- Acesso   Informação (PL).

Promoção de Estudos e Pesquisas

Biblioteca Virtual sobre Corrupção
Revista da CGU
Concurso de Monografias



Controladoria-Geral da União - CGU

BVC
Biblioteca Virtual sobre Corrupção

Meu perfil | Ajuda | Fale Conosco

Página inicial

- BVC
- Política do Acervo
- Colabore
- Parcerias

Documentos

- por Coleção
- por Autor
- por Título
- por Assunto
- por Data

Revista da CGU

Projeto apoiado por:

NAÇÕES UNIDAS

Bem-vindo à Biblioteca Virtual sobre Corrupção!

A Biblioteca Virtual sobre Corrupção (BVC) é um projeto da Controladoria-Geral da União (CGU) [Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime \(Unodc\)](#). Trata-se de um instrumento de li é promover a pesquisa e a divulgação de informações sobre corrupção e áreas afins. Nosso aci periodicamente.

Coleções

01. Sistema Nações Unidas	07. Institutos e Federações
02. Organismos Multilaterais / Blocos Regionais	08. Legislação Brasileira
03. Convenções Internacionais	09. Produção Acadêmica
04. Organizações Governamentais / Brasil	10. Pesquisas sobre Corrupção
05. Organizações Governamentais / Outros Países	11. Diretórios de Grupos de Pesquisa / CNPq
06. Organizações Não-Governamentais	12. Eventos
	13. Outros



2º Concurso de
Monografias da CGU
Controladoria-Geral da União



Articulação Internacional

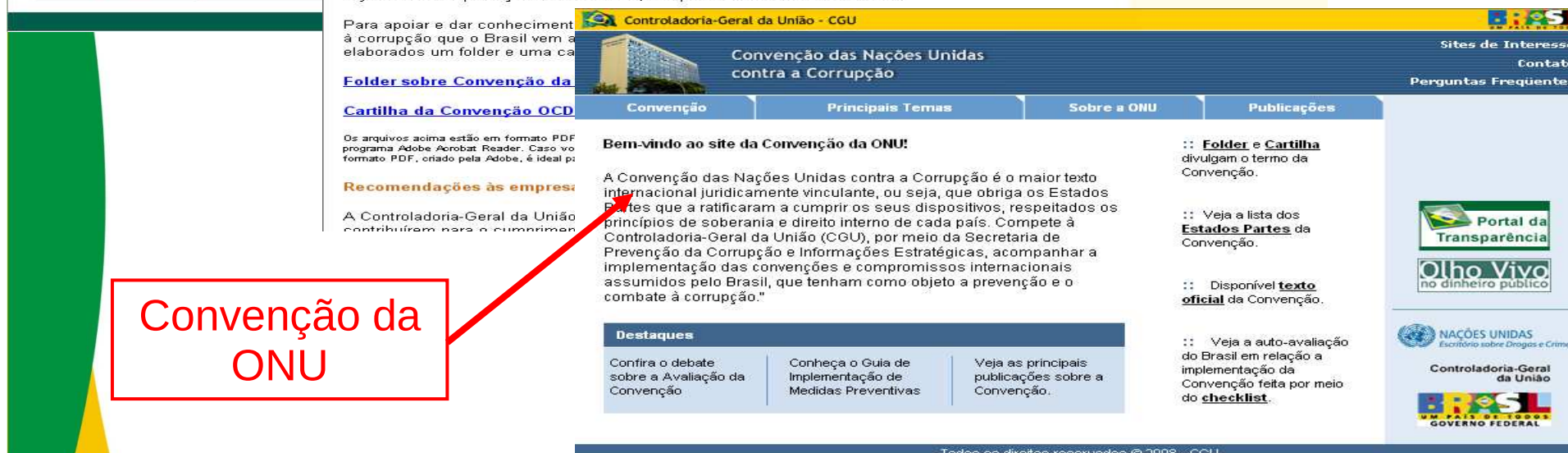
➤ O Brasil é signatário:

- Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (ONU)
- Convenção Interamericana Contra a Corrupção (OEA)
- Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (OCDE)

Hotsites das Convenções Contra a Corrupção

Convenção da
OEA

Convenção OCDE



Convenção da
ONU

Articulação Internacional

➤ Presidência da COP e do MESESIC

- O Brasil ocupa atualmente tanto a presidência da Conferência dos Estados Parte do Mesicic (Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção), quanto a presidência do Comitê de Peritos



[English](#) | [Español](#)

3ª Reunião da Conferência dos Estados Partes do MESICIC

Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção

9 e 10 de dezembro de 2010

Brasília, Brasil



A REUNIÃO

Brasília sediará, nos dias 9 e 10 de dezembro de 2010, a Terceira Reunião da Conferência dos Estados Parte do Mecanismo de Acompanhamento da Convenção Interamericana Contra a Corrupção (III Cop Mesicic).

Esta é a primeira vez que a Reunião da Conferência é realizada fora de Washington, nos Estados Unidos, onde ocorreram as duas primeiras reuniões, em 2004 e 2006, respectivamente. A Reunião da Conferência dos Estados Parte do MESICIC tem por objetivo de instrumentalizar e fortalecer o Mecanismo de Acompanhamento, bem como examinar e orientar as atividades realizadas pela Comissão de Peritos – órgão técnico de análise da implementação da Convenção da Organização dos Estados Americanos (OEA).

LOCAL E PROGRAMAÇÃO

A Terceira Reunião da Conferência dos Estados Parte do MESICIC será realizada no Hotel Meliá Brasil 21, localizado no Setor Hoteleiro Sul Quadra 6, Conj. A, bloco D, Asa Sul, Brasília.

CONVENÇÃO INTERAMERICANA

- [Texto](#)
- [Assinaturas e Ratificação](#)

MECANISMO DE ACOMPANHAMENTO

- [O que é o Mesicic](#)
- [Comissão de Peritos](#)
- [Conferência dos Estados Partes](#)

BOLETIM INFORMATIVO

- [Hotéis indicados](#)
- [Credenciamento de participantes](#)

Articulação Internacional

➤ G-20

- A CGU faz parte do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G-20
- Em novembro próximo, em Cannes, os presidentes dos países do G-20 anunciarão os compromissos que os países assumirão para combater a corrupção em escala mundial

Articulação Internacional

➤ OGP

- Open Government Partnership;
- Presidida conjuntamente por Brasil e Estados Unidos, cujo anúncio será feito durante a abertura da Assembleia Geral da ONU, em Nova York, em setembro, em discurso conjunto da presidente Dilma Rousseff e do presidente Barack Obama;
- Objetivo de fazer com que os países cumpram metas para promover a transparência de seus respectivos governos

Desafios ao Combate à Corrupção

- Responsabilização de pessoas físicas e jurídicas
- Reforma política
- Supressão de instâncias e recursos

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Setor de Autarquia Sul,

Quadra 1, Bloco A

Edifício Darcy Ribeiro

CEP: 70070-905

Tel: (61) 2020-7251

Visite o Portal da Transparência:

www.portaldatransparencia.gov.br